

Capítulo 2

ESTABILIDADE E SUPERVISÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

Capítulo 2 - Estabilidade e Supervisão do Sistema Financeiro

No exercício de 2009 o sector bancário nacional ficou marcado pela adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS ou NIRF), facto que coincidiu também com a aplicação dessa mesma norma sob denominação de SNCRF (Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro) às empresas do sector não financeiro. Assim, a análise do sector bancário, contrariamente à prática e excepcionalmente para o ano de 2009, basear-se-á, não no triénio 2007-2009, mas no biénio 2008-2009, retomando-se, para o exercício de 2010, a modalidade anterior.

Apesar da circunstância da crise financeira mundial e da introdução das NIRF, o ano de 2009 apresentou resultados globalmente positivos, sendo de referir a evolução positiva registada no Activo Líquido, o aumento das carteiras de Créditos e de Títulos, bem como a melhoria do rácio de transformação de Depósitos em Crédito e do rácio de Crédito Vencido/Crédito total.

Há que registar, porém, uma diminuição nos resultados líquidos na ordem dos 26%, o que afectou directamente o ROE e o ROA, com reflexos negativos no nível de rentabilidade e da eficiência do sector. De realçar, por outro lado, que o registo dos movimentos contabilísticos resultantes da introdução das NIRF, na sua maioria, reflectiram directamente nos Resultados Transitados, afectando os Capitais Próprios dos bancos e não tanto os Resultados do Exercício.

1. Riscos

De um modo geral, o sistema financeiro nacional encontra-se na fase de transição para a supervisão baseada em risco e é nesse âmbito que, a nível interno, o BCV vem-se reorganizando, definindo políticas e criando estruturas de trabalho e de apoio no esforço da actualização e modernização dos instrumentos de regulação e supervisão do sistema. Fruto dessas acções, encontra-se já na fase de conclusão um novo Regime Geral das Instituições de Crédito, regularidade de actualização do “*stress test*”, funcionamento de comissões ordinárias de trabalho a nível macroprudencial, entre outros.

No que concerne aos riscos da actividade bancária, os principais riscos presentes no sistema financeiro do país permanecem e provavelmente ter-se-ão aumentado com a crise financeira internacional que afectou o país, principalmente pela via dos sectores imobiliários e construções.

Em resposta à circunstância do potencial aumento do risco, os bancos vêm adoptando medidas preventivas assentes na qualificação e especialização de mecanismos de identificação, análise e avaliação dos riscos, bem como no reforço dos fundos próprios. É nesse sentido que, a par da evolução positiva registada nos componentes fundamentais dos Fundos Próprios (Tier I de 10,33% em 2008 para 11,37% em 2009) pelo aumento de capital social, realça-se os esforços que vêm sendo materializados no sentido de adopção de novas abordagens, implementação de instrumentos de gestão de risco de crédito e de mercado mais criteriosos e assentes em metodologias avançadas de gestão de riscos, com

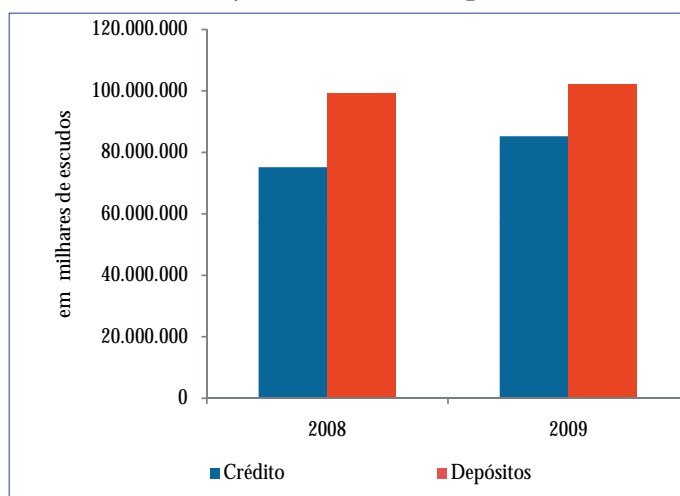
uma componente importante na qualificação contínua e voltada à especialização de competências nessa área. Destaca-se, nesse âmbito, a criação e operacionalização de unidades de gestão de riscos em quase todos os bancos, bem como de unidades de “*compliance*”, visando o reforço da boa governação das instituições.

1.1 - Risco de Liquidez

Os instrumentos de aferição desse risco no nosso sistema encontram-se em fase de implementação, estando em curso diversas acções tendentes à criação e aperfeiçoamento de competências para análise, avaliação e acompanhamento neste domínio. Assim, a situação de liquidez, a avaliar pelos dados do mapa de liquidez reportados pelos bancos, permanece sólida, tendo os indicadores nos diferentes prazos, ao nível individual dos bancos, situado acima do valor mínimo de referência que é de 20% e, ao longo de 2009, não se registaram ocorrências anormais de liquidez nos bancos.

Por outro lado, o activo líquido do sistema (Disponibilidades + Títulos de Negociação) permaneceu ao mesmo nível do ano transacto (16,4% face a 16,6% em 2008) e representou 49,2% das responsabilidades de curto prazo, quando em 2008 representava 43,8%. Porém, o nível de transformação de depósitos em créditos continuou a aumentar mas situou-se ainda muito aquém das taxas de transformação com que os bancos operam em diversas latitudes.

Gráfico 41 - Evolução do Crédito e Depósitos – 2008-2009



Fonte: BCV

Importa realçar o elevado grau da confiança dos investidores no sector bancário nacional, reflectido na forte procura por aplicação nos activos dos bancos, em razão dos aumentos de capital social, que constitui um elemento intrínseco e de importância incommensurável para a sua liquidez.

1.2 - Risco de Crédito

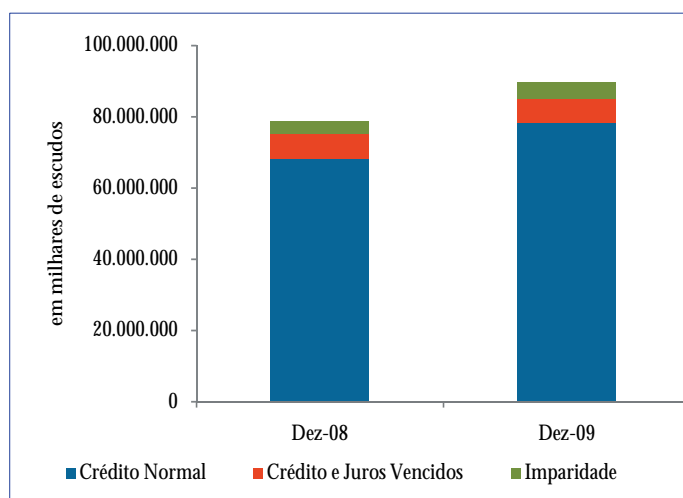
Não obstante o ambiente económico marcado pela crise financeira mundial, a carteira de crédito dos bancos, de um modo geral, não acusou degradações que possam ser atribuídas a tal fenómeno. Com efeito, observando a estrutura da carteira de crédito e a sua evolução, pese embora se tenha registado uma maior exposição em 2009, a performance

permanece equilibrada, uma vez que o suposto aumento de situações de riscos acompanhou-se de aumentos do rácio de provisões/imparidades. Isto é, verifica-se que, apesar da carteira de crédito vencido ter aumentado, o crescimento das provisões mais do que compensou o crescimento das imparidades, o que deixa antever uma maior cautela por parte dos bancos no seu posicionamento face a situações de incerteza.

O principal factor de risco de crédito continua a ser a própria condição estrutural do mercado interno, que é pouco diversificado e obriga a uma grande concentração de aplicações num número reduzido de activos e de contrapartes, originando, naturalmente, riscos por concentração de aplicações em produtos e clientes.

Espera-se contudo que a carteira venha a acusar algum grau de deterioração, em consequência da citada crise económica e financeira mundial.

Gráfico 42 - Provisões versus Créditos



Fonte: BCV

1.3 - Risco de Mercado

Dado o baixo grau de sofisticação do mercado financeiro nacional, a actividade da indústria financeira é ainda a mais tradicional. Nesse contexto, o risco de mercado prefira-se incipiente e de pouca relevância. No entanto, cada vez mais empresas não financeiras e particulares estão aderindo ao financiamento e investimentos através da emissão e aquisição de obrigações, sinal de que os agentes económicos particulares e as instituições estão a acreditar mais nesse tipo de aplicação, alterando o perfil do cliente investidor cabo-verdiano. Assim, visando acautelar o risco de variação das taxas de juros, cambiais e de movimentação nos preços, medidas já estão sendo implementadas no sentido de adopção e adequação dos instrumentos de gestão desses riscos ao nível do sistema financeiro nacional.

Caixa II

Avaliação do Sistema Financeiro

Por solicitação das autoridades monetárias de Cabo Verde e no âmbito da missão do BCV de promover a estabilidade do sistema financeiro decorreu em Cabo Verde, entre finais de 2008 a meados de 2009, o exercício de avaliação do sistema financeiro, vulgarmente designado por exercício FSAP (*Financial Sector Assessment Program*). O processo teve o apoio técnico do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial no quadro do Programa FSAP, uma iniciativa conjunta das instituições de *Bretton Woods* que visa colocar à disposição dos países membros uma avaliação aprofundada e rigorosa dos respectivos sistemas financeiros.

A abordagem do exercício FSAP consiste em identificar os pontos fortes, as vulnerabilidades e os riscos que se colocam ao sistema financeiro de um país, permitindo assim, numa fase posterior, desenvolver e implementar medidas de política e instrumentos operacionais que conduzam à edificação e ao funcionamento de um sistema financeiro sólido, eficiente e acessível, em linha com os interesses e as responsabilidades de todos os seus intervenientes.

O exercício reveste-se de uma grande importância tendo em conta, por um lado, o importante papel reservado ao sistema financeiro no processo de desenvolvimento nacional e, por outro, os riscos inerentes à actividade financeira, infelizmente sobejamente ilustrados pela recente crise financeira internacional.

No caso de Cabo Verde, o exercício consistiu em duas missões técnicas de carácter geral, abarcando as principais áreas da actividade financeira no país, bem como outras actividades relevantes, designadamente a política monetária. Estas missões trouxeram ao país uma dezena de especialistas internacionais de alto nível nas respectivas áreas, os quais, com base em dados previamente fornecidos pelas autoridades nacionais e em encontros com diversos agentes do sistema financeiro nacional, analisaram e discutiram a fundo as principais questões relacionadas com o Sistema Financeiro Nacional. As missões globais foram posteriormente complementadas com duas missões técnicas versando aspectos específicos identificados durante as missões globais.

O exercício FSAP orientou-se pelos princípios e práticas internacionais relevantes nas diferentes áreas de actividade financeira, designadamente os princípios de Basileia (área bancária), da IAIS - *International Association of Insurance Supervisors* (área seguradora) da IOSCO - *International Organization of Securities Commissions* (mercado de valores mobiliários), do FMI (política monetária), do Banco Mundial (acesso ao financiamento) e da CPSS - *Committee on Payment and Settlement Systems* (sistema de pagamentos). Para além de discussões técnicas e sobre matérias de política, dedicou-se também atenção à questão da capacitação dos técnicos do banco central e dos bancos comerciais na utilização de determinadas técnicas e ferramentas de análise da robustez do sistema.

De entre essas ferramentas, mereceram atenção especial os chamados *stress tests* (testes de esforço), exercícios práticos que analisam o impacto de eventuais choques plausíveis mas extraordinários sobre o balanço das instituições, com o objectivo de medir a resiliência do sistema.

Foram realizados testes para cada um dos bancos comerciais e para o sector bancário no seu todo, quando sujeitos a vários tipos de choques, nomeadamente de crédito, de liquidez, de taxa de câmbio, de taxa de juro, avaliando os seus impactos sobre os principais indicadores de estabilidade do sistema, designadamente o rácio de solvabilidade e o nível de crédito mal parado. Foram também ensaiados choques sectoriais (turismo, construção, ...) visando determinar como reagiria o sistema financeiro na eventualidade de uma evolução desfavorável nos principais sectores de actividade económica.

O exercício produziu as seguintes conclusões e recomendações:

- i. O sistema financeiro nacional tem vindo a apoiar os objectivos de crescimento e de desenvolvimento do país;
- ii. A política monetária é globalmente adequada, havendo porém espaço para melhorias pela via da simplificação dos procedimentos e de introdução de novos instrumentos e práticas;
- iii. Recomenda-se a continuação dos esforços por parte dos bancos comerciais no sentido de reforço dos capitais próprios, mitigando assim os riscos emergentes associados à rápida expansão das respectivas carteiras de crédito;
- iv. O sector financeiro *offshore* comporta riscos prudenciais e reputacionais decorrentes de uma regulação e supervisão menos exigentes relativamente ao sector *onshore*, razão pela qual urge proceder a uma reforma desse sector;
- v. Recomenda-se a continuação e o aprofundamento dos esforços do BCV com vista ao reforço da capacidade de supervisão da actividade financeira;
- vi. Em termos de acesso ao financiamento Cabo Verde compara-se bem com outros países do seu nível de rendimento, embora haja espaço para melhorias no que respeita a determinados sectores da economia e da sociedade;
- vii. Importa continuar e aprofundar a reforma da infra-estrutura legal dos sistema financeiro e judicial de modo a permitir o aumento e melhoria da contribuição do sistema financeiro;
- viii. O sistema nacional de pensões e de seguros apresenta níveis adequados de financiamento e de desempenho, havendo porém espaço considerável para melhorar a governança daquele e para expansão das actividades deste;
- ix. A actividade financeira pode vir a ser uma importante fonte de crescimento económico e de diversificação da economia nacional, pelo que se recomenda a melhoria e aprofundamento da visão e da estratégia de gestão do sector, em linha com as particularidades da economia nacional e com as experiências e oportunidades relevantes.

Enfim, uma avaliação globalmente positiva do sistema financeiro cabo-verdiano pois, apesar das insuficiências e dos desafios detectados, concluiu-se pela existência de um sistema globalmente estável, acessível e com potencial para se desenvolver e continuar a contribuir para o processo de desenvolvimento nacional.

2. Sistema Bancário

2.1 - Regulação e Supervisão

A introdução das IAS/IFRS, para além da requalificação nas demonstrações financeiras que consagram, tem também o pendor de apoiar no processo de consolidação do Aviso nº 04/2006, através dos procedimentos do cálculo de imparidade que, em alguns aspectos, se assemelha à exigência de classificação de crédito proposto pelo citado Aviso. A esse nível, nota-se melhorias no processo de atribuição e gestão de créditos, tendo já algumas instituições criado unidades efectivas de gestão de risco.

No âmbito da procura de convergência com normas e regras de referência internacionais, em finais de Dezembro de 2009, emitiu-se uma norma (Anexa à Circular série A, nº150 de 2009.10.23) contendo orientação para a compilação e divulgação do Indicador de Referência para Avaliação da Qualidade de Crédito em moldes equiparável a nível internacional. O normativo entra em vigor em Janeiro de 2010 e prevê que seja recuperada/reconstituída a série da informação interrompida em meados de 2007 com a introdução do Aviso nº 4/2006.

A introdução de novos instrumentos reguladores e a necessidade dos ajustamentos às normas de referências internacionais constituem o maior desafio para o sector bancário e para a solidificação do papel da supervisão, requerendo um ajustamento contínuo do perfil dos técnicos através de programas de formações especializadas.

2.2 - Estrutura do Sistema Bancário e Parabancário

A cobertura bancária no país continua a expandir, traduzida não só na criação, pelos bancos existentes, de novas agências sediadas em zonas rurais e nas pequenas vilas, mas também no surgimento de novos bancos, podendo este espaço de concorrência beneficiar tanto os agentes económicos como o sistema financeiro.

Em finais de Dezembro de 2009, o universo das instituições autorizadas para o sistema bancário nacional era:

- a) No mercado *onshore*, o sector comportava cinco (5) instituições de crédito: o Banco Comercial do Atlântico – BCA; a Caixa Económica de Cabo Verde – CECV; o Banco Interatlântico – BI; o Banco Cabo-verdiano de Negócios – BCN; e o Banco Africano de Investimentos - BAI;
- b) No mercado *offshore*, somavam-se dez (10), as instituições autorizadas a operar no país, licenciadas para operar em actividades bancárias como Instituições Financeiras Internacionais – IFI, menos duas que em 2008, uma vez que dois desses bancos viram suas licenças revogadas. Das dez licenciadas, uma está ainda inactiva e outra está em processo de registo para entrar em funcionamento.
- c) Na vertente parabancária, contabilizavam-se oito (8) instituições, sendo seis (6) do segmento *onshore* e dois (2) *offshore*, respectivamente: uma (1) Sociedade Gestora de Capital de Risco – A Promotora; duas (2) Agências de câmbio - Cotacâmbios de Cabo Verde e ECV - Serviços de Câmbios; uma (1) Sociedade emissora de cartões de crédito e intermediadora bancária do sistema de pagamentos – SISP; uma (1) Sociedade de *Leasing* - Cabo *Leasing* Internacional; uma (1) Sociedade de Gestão Financeira – Aurigest, ainda inactiva, apesar de ter sido licenciada em 2005; duas

Sociedades Gestoras de Mobiliários e de Pensões - designadas Sociedades Gestoras de Fundos (SGF) – Eurofin e CA Finance, Gestão de Activos.

No segmento bancário *onshore*, ao longo de 2009, mais dez (10) agências foram criadas, reforçando a rede interna de distribuição e acompanhando a evolução socioeconómica do país, facilitando ainda mais o acesso aos serviços bancários.

Paralelamente à expansão das infra-estruturas físicas, há que salientar a continuidade de acções de capacitação técnica e institucional, iniciadas há alguns anos. A implementação das Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS), agendada anteriormente para o primeiro semestre de 2008, foi efectuada em 2009, tendo por base comparativa o exercício de 2008. Embora já se apresente as contas de acordo com o novo normativo, vários constrangimentos têm sido identificados, exigindo constantes aperfeiçoamentos e alterações na classificação das operações e na elaboração/produção de informações financeiras.

A política dos bancos na disponibilização de mais e melhores meios electrónicos de distribuição de produtos e serviços financeiros vem-se intensificando, podendo essa situação ser comprovada com o importante aumento verificado no número e no volume de transacções nas Caixas Automáticas (ATM) e nos Terminais de Pagamento (POS), levando a que mais terminais electrónicos tenham sido instalados, para poder suprir o aumento da demanda por esse meio de pagamento.

Quadro 26 - Transacções dos Cartões de Pagamentos e Terminais de Pagamentos

	2006	2007	2008	2009	Variação 2009/2008
Cartões produzidos	42.174	41.720	62.551	65.119	4,10%
Cartões Vint4	40.402	38.356	59.801	60.048	0,41%
Cartões Visa	1.772	3.364	2.750	5.071	84,4%
ATM					
N.º de Caixas Automáticas - ATM					
(valores acumulados)	60	85	109	122	11,93%
Número de transacções - Levantamento	1.626.443	2.178.912	2.765.388	3.325.078	20,24%
Volume das transacções (milhares de escudos)	11.491.317	14.887.426	18.283.982	21.036.612	15,05%
POS					
N.º de Terminais de Pagamento - TPA (POS)					
(valores acumulados)	386	699	1.006	1.396	38,77%
Número de transacções	428.576	642.418	923.042	1.198.828	29,88%
Volume das transacções (milhares de escudos)	2.395.410	3.480.445	4.896.319	6.131.243	25,22%

Fonte: BCV; SISP

2.2.1 - Estrutura do Balanço Agregado do Sistema Bancário

A situação patrimonial do sistema relativo ao biénio 2008-2009 pode se ver reflectida nas principais rubricas do balanço do agregado do sistema, que a seguir se insere:

Quadro 2 7 - Principais Rubricas do Balanço Agregado do Sistema

	em milhares de escudos			
	Dez-08	Dez-09	2009/2008	
			Var. Abs.	Var. %
Disponibilidades	20.140.368	21.045.392	905.024	4,49%
Crédito Total	75.212.186	85.275.641	10.063.455	13,38%
Crédito Vencido	6.820.462	6.876.459	55.997	0,82%
Títulos da Dívida Pública	20.959.526	17.306.948	-3.652.578	-17,43%
(Obrigações Tesouro & Bilhetes Tesouro)	14.526.357	10.580.186	-3.946.171	-27,17%
(TCMF)	6.433.170	6.726.762	293.592	4,56%
Imparidade	3.619.289	4.526.368	907.079	25,06%
Activos Líquidos	121.596.274	129.634.312	8.038.038	6,61%
Depósitos	99.335.002	102.261.229	2.926.227	2,95%
Recursos de Inst. Credito	3.123.131	4.175.628	1.052.497	33,70%
Recursos próprios	7.577.503,9	9.259.125,8	1.681.621,9	22,19%

Fonte: Relatórios e balancetes dos Bancos Comerciais

a) Evolução do Activo

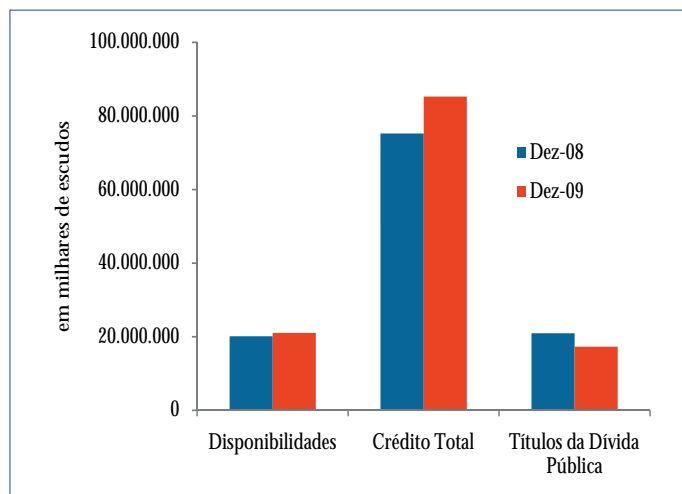
Numa retrospectiva breve à evolução recente do sector bancário tem-se que, em finais de 2008, a actividade do sector bancário, avaliada pelo volume total do activo líquido do agregado do sistema, evidenciara uma variação positiva, embora num ritmo bem abaixo do verificado em 2007. Essa quebra no ritmo de crescimento foi identificada também em 2009, tendo o Activo Líquido crescido 6,6%, face aos 10,9% registados em 2008, altura em que a taxa de crescimento acusara um decréscimo de 2,8 pp. Desta feita, em 2009, o sector viu a sua taxa de crescimento reduzir-se em 4,3 pp., situação em grande parte explicada pela crise financeira mundial, embora o sector esteja tendencialmente a crescer, ainda que em ritmo desacelerado (em 2007, a taxa de crescimento tinha abrandado 5,1 pp.). Esses abrandamentos no crescimento do activo, entretanto, estão a acompanhar o abrandamento do crescimento da economia real, em que a taxa de crescimento em 2007 tinha sido de 6,7%, caindo, em 2008, para 5,9%, confirmando esta tendência em 2009.

O crédito a clientes, em termos absolutos, passou de um saldo acumulado de 75,2 para 85,3 milhões de contos, traduzido, em termos relativos, num acréscimo de 13,38%. Contudo é de se referir que esse montante de crédito que se apresenta nos balanços dos bancos, por força e/ou opção das NIRE, incorpora valores de alguns títulos, designadamente as obrigações, que foram classificados na categoria de ECR (Empréstimos e Contas a Receber). Excluindo esses títulos, o saldo da carteira seria de 78,1 milhões de contos e a taxa de crescimento do período homólogo fixar-se-ia em 14,3%.

Os títulos apresentaram uma quebra na carteira global, assinalando um declínio de 17,43% em relação à carteira de 2008. O saldo acumulado foi de 17,3 milhões de contos, dos quais 38,87% correspondem aos TCMF. No entanto, se ajustados da situação acima

referida, a variação da carteira seria positiva, com um saldo de 23,3 milhões de contos e uma taxa de variação homóloga de 10,2%.

Gráfico 43 - Evolução das principais rubricas do activo



Fonte: BCV

i. Análise da Evolução da Carteira de Crédito e da Imparidade

A carteira de crédito evoluiu positivamente, registando um crescimento de 13,38%, sendo que esse acréscimo foi quase na sua totalidade determinada pela subida do crédito normal, visto que o crédito vencido registou um incremento ligeiro de 0,82%. O crédito normal, por sua vez, registou uma alta de 14,63%, em relação a 2008.

O crédito e juros vencidos somou 6,8 milhões de contos, apresentando um aumento de 0,82% face a 2008, valor que, em relação com o saldo do crédito total, proporcionou um Rácio de Crédito Vencido de 8,77%, ligeiramente inferior ao do ano transacto (9,97%).

O montante da Imparidade em Crédito a Clientes foi, no final do ano, de 4,5 milhões de contos, tendo sido reforçada em 907 mil contos (+25,1%), relativamente ao ano transacto.

Quadro 28 - Evolução dos Créditos e Provisões

CRÉDITO	em milhares de escudos		
	Dez-08	Dez-09	Varição 2009/2008
Crédito Total	75.212.186	85.275.641	13,38%
Crédito Normal	68.391.723	78.399.182	14,63%
Crédito e Juros Vencidos	6.820.462	6.876.459	0,82%
Imparidade	3.619.289	4.526.368	25,06%
Crédito vencido/Crédito total	9,97%	8,77%	-1,20 pp.

Fonte: BCV

O aumento no nível da Imparidade poderá ser explicado por uma maior ponderação, pelas instituições, dos riscos de incumprimento.

Quanto à composição sectorial do crédito, as maiores variações sucederam-se nos sectores de Construção e Obras Públicas, Indústrias e Particulares, tendo todos eles aumenta-

do acima de 20%. O crédito à habitação continuou a representar a maior fatia do crédito, embora o seu peso tenha decrescido de 31,23% para 30,15%. No entanto, em termos de valor acumulado, o crédito à habitação aumentou 9,5%, o que, em termos absolutos, significa um crescimento de mais de dois mil milhões de escudos, excluindo o BAI.

b) Evolução do Passivo

Os Depósitos de Clientes registaram, no final do exercício, uma variação positiva, crescendo 3,02%, em relação a 2008. No entanto, notou-se uma continuidade na desaceleração do ritmo de crescimento, ou seja, a taxa de crescimento dos depósitos vem caindo de forma gradual, à semelhança das principais rubricas do balanço. Em 2007, os depósitos tinham crescido 12,8%, em 2008 essa taxa caiu para 7,5%, diminuindo, em 2009, 4,48 pp. Essa desaceleração verificada no crescimento do saldo dos depósitos pode estar associada aos efeitos negativos da crise financeira bem como a procura e oferta de títulos disponibilizados na Bolsa de Valores, que estão a figurar-se como concorrentes directos dos depósitos bancários.

Contrariamente aos Depósitos à Ordem, o segmento dos Depósitos a Prazo registou uma alta acima de 12%, taxa próxima à de 2008, o que determinou a variação positiva registado no total dos depósitos, uma vez que os demais segmentos registaram variações negativas.

Quadro 29 - Distribuição dos Depósitos por Prazos

Depósitos	em milhares de escudos			
	Dez-08	Dez-09	Variação	
			Absoluta	Relativa
À ordem	45.815.382	43.103.201	-2.712.181	-5,92%
A prazo	50.276.467	56.351.802	6.075.336	12,08%
Outros	3.243.154	2.806.226	-436.927	-13,47%
Total	99.335.003	102.261.229	2.926.227	2,95%

Fonte: BCV

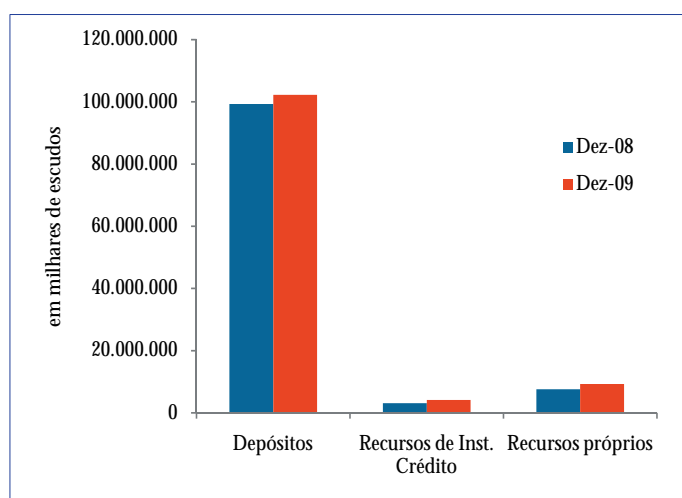
Quanto à natureza da origem dos fundos, os recursos dos emigrantes registaram um crescimento de 4,83%, contrariamente aos dos Outros não residentes, em que a variação mostrou-se negativa. Os depósitos de emigrantes representavam, em 2008, 34,6% do total dos depósitos, passando, em 2009, a representar 35,2%. Na presente conjuntura de reestruturação do sector financeiro a nível internacional face à crise, essa variação de 0,63 pp. evidencia a conservação da confiança dos emigrantes na banca nacional sendo de registar ainda o peso desta rubrica no activo dos bancos. Em 2008, os depósitos dos emigrantes representavam 28,3% do total do Activo do sistema bancário nacional, sofrendo uma ligeira redução em 2009, passando o seu peso para 27,8%.

Quadro 30 - Composição dos Depósitos por Grupo de Clientes

Depósitos	em milhares de escudos			
	Dez-08	Dez-09	Variação	
			Absoluta	Relativa
Do sector público administrativo	3.659.362,05	3.707.118,62	47.756,57	1,31%
De outros residentes	55.532.978,16	57.388.470,31	1.855.492,15	3,34%
De emigrantes	34.356.526,11	36.016.823,10	1.660.296,99	4,83%
De outros não residentes	5.643.816,73	5.001.378,35	-642.438,37	-11,38%
Depósitos obrigatórios e Outros	142.319,51	147.438,97	5.119,46	3,60%
Total	99.335.002,55	102.261.229,36	2.926.226,81	2,95%

Fonte: BCV

Ainda no concernente à origem dos recursos, é de realçar que o aumento de capital social efectuado em alguns bancos, bem como a retenção parcial dos resultados do exercício, levaram a que os Capitais Próprios do agregado do sistema, não obstante os efeitos da transição para as NIRE, apresentassem uma evolução positiva de 22,3%, tendo o nível do saldo passado de 7,55 milhões de contos para 9,2 milhões de contos. Esse esforço de recapitalização, na conjuntura de crise financeira que o mundo atravessa, veio reiterar a confiança dos investidores no sistema financeiro nacional e fortalecer a solidez dos bancos.

Gráfico 44 - Evolução das principais rubricas do passivo

Fonte: BCV

2.2.2 - Análise dos Resultados

Com a implementação do novo normativo contabilístico, novos pressupostos foram introduzidos no cálculo de algumas rubricas que entram no apuramento dos resultados. Cite-se, a título de exemplo, o resultado líquido do exercício de 2008, calculado de acordo com o PCSB e o calculado de acordo com as IFRS que foram, respectivamente, 1.571.315 e 1.196.775 mil escudos. Com isso, apurou-se um impacto negativo, da aplicação das novas normas, de 23,84%.

Analisando a Demonstração de Resultados 2009, nota-se, em primeiro lugar, um crescimento de 3% da margem financeira, proporcionada por crescimentos tanto nos juros e rendimentos como nos juros e encargos. Apesar destes últimos terem crescido, em termos

relativos, muito mais que os primeiros, esses, em termos absolutos, tiveram um crescimento bem maior.

Por outro lado, as quebras registadas nos resultados de reavaliação cambial e nos outros resultados de exploração (-99,9% e -16,9%, respectivamente), conjugadas com o parco crescimento da margem financeira, levaram a que o produto bancário evoluísse de forma negativa, acumulando um decréscimo de 2,55%. Outro factor que causa essa queda do produto bancário prende-se com as despesas com serviços e comissões, encarecida em 35,5%, sendo responsável por quase 17% da queda registada no produto bancário.

Como efeito directo da baixa do produto bancário, aliada ao acréscimo dos custos operacionais, o resultado bruto também quedou-se em 29%. De entre os custos operacionais, os impostos diferidos foram os que mais se agravaram, sendo que esse agravamento está também ligado às novas normas contabilísticas.

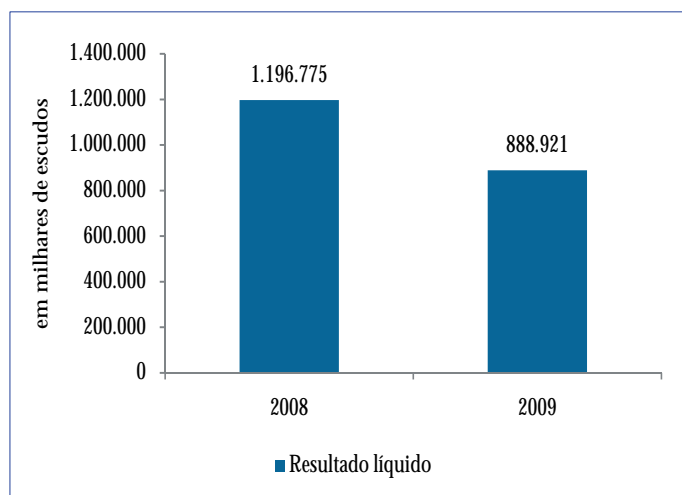
Devido à expansão da rede de agências e ao recrutamento de mais colaboradores, processo esse associado a um maior dinamismo que se pode verificar no sector financeiro, os custos com pessoal e os gastos administrativos apresentaram em conjunto, um aumento acima de 300 milhões de escudos caboverdianos, contribuindo de forma directa para a queda dos resultados. Assim, como seria de se esperar, o peso dos custos operacionais no Produto bancário, que havia decrescido em 2008, subiu, sendo que os custos com pessoal passaram de uma proporção de 28,3% para 30,9%; os gastos administrativos passaram de 23,2% para 27,41%.

Quadro 31 - Cost to Income (Custos Operativos)

	Dez-08	Dez-09	Variação pp.
Em função do Produto Bancário	63,2%	69,1%	5,86
Custos com pessoal	28,3%	30,9%	2,64
Gastos Administrativos	23,2%	27,4%	4,23
Impostos	5,9%	3,7%	-2,19
Amortizações	5,9%	7,0%	1,19
Em função do Activo Líquido	3,7%	3,7%	0,00

Fonte: BCV

Seguindo a lógica das rubricas que servem de base ao seu cálculo, o resultado líquido caiu consideravelmente. De um montante em 2008 acima de 1.196 milhões, em 2009, o Resultado Líquido fixou-se em 888,9 milhões de escudos, um decréscimo de 25,72%.

Gráfico 45 - Evolução do Resultado Líquido do Sector

Fonte: BCV

2.3.3 - Rentabilidade

Desde 2006, o sector vinha acumulando ganhos de eficiência, quando medida pelo indicador *cost to income* em função do produto bancário, mas, em 2009, essa tendência inverteu-se, devido aos aumentos dos custos operacionais e ao simultâneo decréscimo do produto bancário.

Com efeito, em finais de 2009, o sector mostrou-se menos eficiente que em 2008. A eficiência, medida pelo rácio *cost to income*, apresentou uma evolução desfavorável, em resultado do aumento do rácio em 5,8 pp., passando de 63,2% para 69,1%, ou seja, o peso dos custos operacionais sobre o produto bancário passou a ser maior. Em relação ao activo líquido, o peso dos mesmos custos manteve-se inalterado (3,7%).

Os indicadores de rentabilidade apresentaram quebras em relação ao ano transacto, indicando um nível de desempenho menor do que o de 2008. Neste contexto, os índices de rentabilidade, designadamente a taxa de Rentabilidade dos Activos (ROA) e a taxa da Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE) diminuíram em 0,28 pp. e 5,23 pp., respectivamente, tendo passado o ROA de 0,98% para 0,71%, e o ROE, por sua vez, de 15,79% caiu para 10,56%. De salientar que os dados referem-se ao biénio 2008-2009, pelo que os indicadores de 2009 foram calculados com valores médios dos activos e capitais próprios dos dois anos, enquanto os de 2008 foram calculados com os valores apenas de 2008.

Quadro 32 - Indicadores Financeiros

	2008	2009	Variação
Margem Financeira (milhares de escudos)	4.819.751,72	4.964.514,26	3,00%
Fundos próprios (milhares de escudos)	6.663.442,70	9.424.450,30	41,44%
ROA = Resultados líquidos/Activo	0,98%	0,71%	-27,66%
ROE = Resultados líquidos/Capitais Próprios	15,79%	10,56%	-523,44%
Taxa Transformação Dep. em Crédito	75,72%	83,39%	767,43%
Crédito vencido/Crédito total	9,07%	8,06%	-100,45%
Margem financeira/Produto bancário	68,03%	71,90%	387,69%
Margem financeira/Activo	3,96%	4,08%	11,91%

Fonte: BCV

Do ponto de vista prudencial, os requisitos de maior peso, os Fundos Próprios e o Rácio de Solvabilidade, indiciam boa saúde do sector bancário.

Os Fundos Próprios registaram um acréscimo de 41,44% (já em 2008 tinham crescido 35,3%), aumentando de 6,66 milhões de contos para 9,42 milhões. Essa progressão advém do aumento do capital de alguns bancos e do reforço das reservas, reafirmando a atenção dos bancos na promoção e preservação de um nível adequado do capital económico, que possa garantir a solidez e a manutenção da capacidade de absorção de perdas.

O Rácio de Solvabilidade, por seu turno, fixou-se em 13,34%, bem acima dos 10%, limite mínimo exigido por lei, acumulando um acréscimo de 2,24 pp. em relação a 2008.

A implementação efectiva das novas normas de relato financeiro (IFRS) trouxe formas novas de se apurar tanto o valor dos activos como dos passivos, acarretando alterações nos valores anteriormente aprovados, conforme o quadro abaixo, onde estão espelhados algumas dessas alterações.

Quadro 33 - Impacto da implementação dos IFRS

	em milhares de escudos			
	2008		Impacto	
	PCSB	IAS	Absoluta	Relativa
Activo	120.083.552	121.596.274	1.512.722	1,26%
Depósito	99.266.300	99.335.002	68.702	0,07%
Crédito Total	65.968.192	75.212.186	9.243.994	14,01%
Crédito Vencido	6.820.376	6.820.462	86	0,00%
Provisões/Imparidade	2.959.016	3.619.289	660.273	22,31%
Capitais Próprios	7.368.985	7.577.504	208.519	2,83%
Disponibilidades	20.071.019	21.045.392	974.373	4,85%
Resultado líquido	1.571.315	1.196.775	-374.540	-23,84%
PP.				
Índice transformação Dep/Crédito	66,46%	75,72%	9,26	
Crédito vencido/Crédito total	10,34%	9,07%	-1,27	
Imparidade/Crédito vencido	50,61%	53,07%	2,45	
Cost Income (Custos Operativos)				
Em função do Produto Bancário	52,30%	63,23%	10,93	
Custos com pessoal	23,34%	28,27%	4,93	
Gastos Administrativos	21,85%	23,18%	1,33	
Impostos	0,21%	5,92%	5,71	
Amortizações	6,99%	5,86%	-1,13	
Em função do Activo Líquido	2,94%	3,68%	0,74	
ROA	1,67%	0,98%	-0,68	
ROE	28,21%	15,79%	-12,41	

Fonte: BCV

3. Sistema Segurador

O volume de negócios da actividade seguradora registou uma desaceleração acentuada em 2009, com uma taxa de crescimento de apenas 3,3% (que compara aos 15% de 2008), o que poderá ser explicado pela evolução da conjuntura económica nacional particularmente adversa em 2009. Com efeito, o índice de densidade, medido pelo rácio prémio por população, passou de 52,7 USD em 2008 para 50,7 USD em 2009, uma redução de cerca 3,8%.

Da mesma forma, o índice de penetração, que mede o peso da actividade seguradora no PIB, passou de 1,54% em 2008 para 1,52% em 2009, reflectindo o fraco grau de penetração da actividade seguradora na economia.

Quadro 34 - Taxa de Penetração e Densidade do Seguro

	2006	2007	2008	2009
Taxa de Penetração do seguro na Economia(1)	1,46%	1,55%	1,54%	1,52%
Prémios de Seguro Directo p/Capita em USD(2)	36,4	43,6	52,7	50,7

Fonte: Banco de Cabo Verde

(1) Calculos efetuados com base nas estimativas do PIB do FMI

(2) Calculos efetuados com base nas previsões do INE de crescimento da população

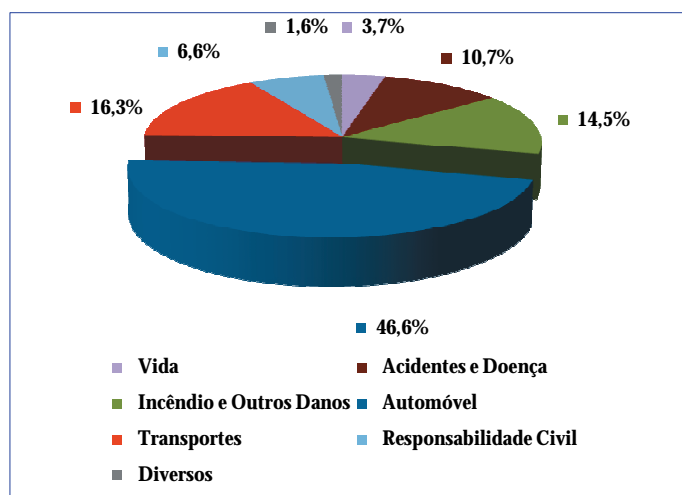
3.1 - Evolução Geral

Em 2009, o total de prémios de seguro directo e de resseguro aceite do ramo Vida e do ramo Não Vida ascendeu a 2.074 milhões de escudos, o que representa um acréscimo de 3,3% face ao verificado no ano anterior.

Na estrutura da carteira de prémios, o ramo Não Vida continua a representar a quase totalidade dos prémios de actividade, cerca de 96%, particularmente o ramo automóvel, que registou um volume de prémios de 967 milhões de escudos. Por outro lado, o ramo Vida continua a representar uma pequena parte da estrutura da carteira de prémios (3,7%).

Como se pode constatar no gráfico seguinte, em 2009 a estrutura evolutiva da carteira de prémios Vida e Não Vida manteve-se praticamente igual aos anos anteriores.

Gráfico 46 - Estrutura de Carteira



Fonte: BCV

O Ramo Vida, no exercício de 2009, tal como no ano anterior, apresentou um forte desempenho, passando de 45 milhões de escudos em 2008 para 77 milhões de escudos em 2009. Contudo, é de realçar que o ramo vida continua com uma representatividade muito baixa no total dos prémios (2,2 % em 2008 e 3,7% em 2009). A evolução de um mercado segurador pode ser avaliada com base no nível de representatividade que o ramo Vida assume face aos ramos Não Vida, pelo que um dos indicadores de desenvolvimento do mercado segurador será o crescimento deste rácio. A revisão programada da legislação seguradora virá contribuir para aumentar essa expressividade do ramo Vida face aos ramos Não Vida. Por enquanto a dinâmica do ramo vida tem sido alcançada através dos seguros ligados ao crédito à habitação, uma vez que muitas famílias se endividam para obter habitação própria.

Quadro 35 - Evolução e Estrutura da Carteira

	2007	2008			2009		
	em milhões de escudos	em milhões de escudos	Taxa var. em %	Peso em %	em milhões de escudos	Taxa var. em %	Peso em %
Vida	31,1	45,0	44,6	2,2	76,6	70,3	3,7
Acidentes e Doença	196,0	213,4	8,9	10,6	222,7	4,4	10,7
Incêndio e Outros Danos	259,1	296,6	14,5	14,8	300,1	1,2	14,5
Automóvel	762,5	930,8	22,1	46,4	967,0	3,9	46,6
Transportes	336,1	374,8	11,5	18,7	337,9	-9,8	16,3
Responsabilidade Civil	125,0	112,7	-9,8	5,6	136,5	21,1	6,6
Diversos	30,5	33,5	10	1,7	32,8	-2	1,6
Totais	1.740,2	2.006,8	15,3	100,0	2.073,5	3,3	100,0

Fonte: BCV

A evolução do ramo Não Vida do mercado segurador reflecte o desempenho dos seus principais componentes:

- Ramo automóvel, que apresentou um valor de prémios de 967,0 milhões de escudos em 2009, continuando a ser o sector com maior peso no ramo Não Vida (46,6%).
- Ramo transportes, que é o segundo sector com maior peso no ramo Não Vida (18,7%), tendo contribuído com 337,9 milhões de escudos para o total de prémios no exercício de 2009.
- Ramo incêndio e outros danos (roubo, fenómenos naturais e riscos variados), que registou um aumento de 1,2% em relação ao ano anterior, passando de 296,6 para 300,1 milhões de escudos.
- Ramo acidentes e doença (inclui o seguro obrigatório e facultativo de acidentes de trabalho, entre outros), com um total de prémios de 222,7 milhões de escudos, o que representa um crescimento de 4,4% em relação a 2008.
- Ramo responsabilidade civil, que registou um aumento de 21,1% em relação ao ano anterior (total de prémios de 136,5 milhões de escudos), o que compara ao decréscimo de 9,8% verificado em 2008.
- Ramo diversos (inclui acidentes pessoais, viagens, furtos ou roubos, construções e maquinarias, entre outros), que diminuiu 2% em 2009, o que compara ao aumento de 10% em 2008.

Em relação aos prémios de resseguro cedido, registou-se um aumento de cerca de 3% em relação ao ano anterior, com o valor total de prémios cedidos a passar de 1.141 milhões de escudos em 2008 para 1.170 em 2009. Deste modo, a taxa de cedência global, medido pelo rácio prémios de resseguro cedido por prémios brutos emitidos, situou-se em 56,4% (56,9% em 2008).

Quadro 36 - Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguros

	em milhões de escudos						Taxas de cedência em %		
	Prémios brutos emitidos			Prémios de resseguro cedido					
	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Vida	31,1	45,0	76,6	18,0	22,2	37,5	58,0	49,4	49,0
Acidentes e Doença	196,0	213,4	222,7	43,4	50,9	59,4	22,1	23,8	26,7
Incêndio e Outros Danos	259,1	296,6	300,1	199,0	211,0	259,9	76,8	71,2	86,6
Automóvel	762,5	930,8	967,0	311,4	429,0	438,5	40,8	46,1	45,3
Transportes	336,1	374,8	337,9	265,1	282,1	276,5	78,9	75,3	81,8
Responsabilidade Civil	125,0	112,7	136,5	77,9	145,7	98,2	62,3	129,2	71,9
Diversos	30,5	33,5	32,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	1.542,4	2.006,8	2.073,5	914,7	1.140,9	1.169,9	52,6	56,9	56,4

Fonte : BCV

No que diz respeito à distribuição por ramos, note-se o ramo incêndio e outros danos, que inclui vários tipos de riscos industriais, habitações etc., é aquele que ocupa o primeiro lugar em termos de taxa de cedência. Seguem-se os ramos transportes com 81,8%, ramo vida com 49% e automóvel com 45,3%. No ramo transportes, que engloba a responsabilidade civil dos aviões da frota dos TACV, regista-se tendencialmente uma fraca capacidade de retenção de prémios, tendo em conta a dimensão do risco. Ainda assim, em termos absolutos, é no ramo automóvel que se tem verificado os maiores montantes cedidos em resseguro nos últimos três anos.

Em 2009, os custos com sinistros alcançaram o montante de 902,8 milhões de escudos, dos quais, 705,3 milhões são do ramo automóvel, ou seja, 78,1% do total. Em termos absolutos os custos com sinistros aumentaram 29,8 milhões de escudos, mais 3,5% em relação a 2008, significando deste modo um abrandamento sensível quando comparado com o exercício de 2009, que os custos com sinistros cresceram 18,6%.

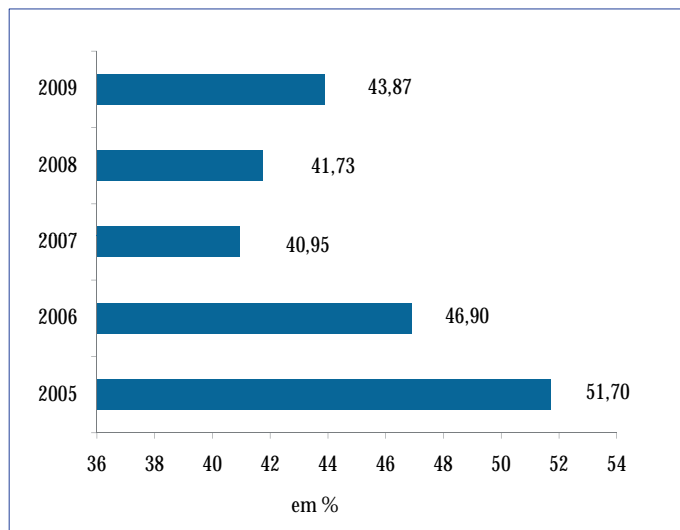
Quadro 37 - Custos com Sinistros

	2007	2008			2009		
	em milhões de escudos	em milhões de escudos	Tx. var. em %	Peso em %	em milhões de escudos	Tx. var. em %	Peso em %
Vida	3,4	11,8	251,5	1,4	16,8	41,6	1,9
Acidentes e Doença	65,3	70,6	8,1	8,1	79,9	13,3	8,9
Incêndio e Outros Danos	38,2	9,8	-74,3	1,1	74,2	657,4	8,2
Automóvel	606,1	652,5	7,7	74,8	705,3	8,1	78,1
Transportes	26,0	133,8	415,4	15,3	5,1	-96,2	0,6
Responsabilidade Civil	7,0	6,0	-14,8	0,7	6,8	13,7	0,8
Diversos	-9,8	-11,8	20,6	-1,4	14,7	-224,0	2
Totais	736,0	872,7	18,6	100,0	902,8	3,5	100,0

Fonte: BCV

A taxa de sinistralidade global medida pelo rácio custos com sinistros/prémios adquiridos alcançou 43,9%, 3 pp. abaixo do rácio obtido no ano anterior. De registar que este indicador financeiro evoluiu praticamente na mesma proporção dos prémios processados e dos custos.

Gráfico 47 - Taxa de Sinistralidade Global



Fonte: BCV

3.2 - Resultados de Exploração

O resultado líquido do exercício atingiu 201,1 milhões de escudos, valor superior em 26,9% ao obtido no exercício de 2009. Esta melhoria significativa registada no resultado líquido é explicada pelo efeito conjugado de diversos factores, entre os quais se destaca a participação dos resseguradores nos custos com sinistros, que no exercício aumentou em 36%. Um outro elemento a considerar na melhoria dos resultados é a relativa contenção dos custos por natureza, que cresceram apenas 8%, bem como o abrandamento do ritmo de crescimento nos custos com sinistros.

A nível da rentabilidade dos capitais próprios do sector regista-se uma melhoria em 24 pp. face ao ano anterior.

Quadro 38 - Resultado Líquido Agregado

	em milhões de escudos			
	2006	2007	2008	2009
Conta de Ganhos e Perdas				
Proveitos e Ganhos	1.989,7	2.364,0	2.868,8	3.006,2
Custos e Perdas	1.852,4	2.172,5	2.702,8	2.759,7
Resultado	137,3	191,5	166,0	246,5
Impostos sobre Rendimentos	37,6	44,6	20,8	43,4
Resultado Líquido	106,5	147,0	145,2	201,1

Fonte: BCV

Por outro lado, as provisões técnicas atingiram, no final de 2009, o montante de 1.688 milhões de escudos, o que representa um aumento de 5,3% em relação ao ano anterior. Em termos de estrutura, no conjunto das provisões técnicas, a provisão para sinistros constitui a parte mais significativa, 74,9%, e dentro desta, a provisão para sinistros de automóvel representa cerca de 77%.

O valor das provisões técnicas representou, no exercício de 2009, 81% dos prémios emitidos, que compara aos 80% do exercício anterior.

Quadro 39 - Provisões Técnicas

Provisões Técnicas	2007	2008			2009		
	em milhares de escudos	em milhares de escudos	Tx. var. em %	Peso em %	em milhares de escudos	Tx. var. em %	Peso em %
Provisão Matemática do Ramo Vida	24,3	29,7	22,1	1,9	52,8	77,8	3,1
Provisão para Riscos em Curso	316,0	386,0	22,1	24,1	370,3	-4,1	21,9
Provisão para Sinistros	979,2	1.187,2	21,3	74,1	1.264,7	6,5	74,9
De Vida	0,4	0,3	-5,6	0,0	0,4	10,6	0,0
De Acidentes de Trabalho	164,2	207,3	26,2	12,9	212,0	2,3	12,6
De Automável	680,2	844,4	24,1	52,7	910,2	7,8	53,9
De Outros Ramos	134,4	135,2	0,6	8,4	142,1	5,1	8,4
Provisão para Desvios de Sinistralidade	-	-	-	-	-	-	-
Total	1.319,5	1.602,9	21,5	100,0	1.687,7	5,3	100,0

Fonte: BCV

Os activos passíveis de representação das provisões técnicas superaram as responsabilidades assumidas em 564,7 milhões de escudos, o que corresponde a uma taxa de cobertura de 143,4%.

Quadro 40 - Cobertura das Provisões Técnicas por Activos

	em milhões de escudos			
	2006	2007	2008	2009
1. Provisões Técnicas	1.071,9	1.319,5	1.602,9	1.687,7
2. Activos	1.198,6	1.871,8	2.167,6	2.420,1
2./1. Grau de Cobertura	111,8%	141,9%	135,2%	143,4%

Fonte: BCV

Em 2009, o valor dos investimentos em carteira das seguradoras aumentou 2,6% em relação a 2008, totalizando 2.376 mil contos. Os títulos de rendimento variável representaram 33,1% do total da carteira de investimentos, seguidos pelos terrenos e edifícios com uma contribuição de 31,7%, depósitos em instituições de crédito com 23% e títulos de rendimento físico com 12,2%.

Quadro 41 - Composição dos Investimentos

	2007	2008		2009	
	em milhões de escudos	em milhões de escudos	Peso em %	em milhões de escudos	Peso em %
Terrenos e Edifícios	787,7	909,2	39,3	752,8	31,7
Títulos de Rendimento Fixo	311,1	335,1	14,5	289,0	12,2
Títulos de Rendimento Variável	602,0	619,1	26,7	787,0	33,1
Depósitos em Instituições de Crédito	362,3	452,8	19,5	547,0	23,0
Total	2.063,1	2.316,1	100,0	2.375,8	100,0

Fonte : BCV

O rácio de solvência (grau de cobertura da margem de solvência) aumentou para 269,6% em 2009, valor muito superior ao registado no ano anterior (200,1%). O exercício de 2009 teve um excedente de cobertura da margem de solvência de 889 milhões de escudos, o que revela o bom desempenho do sector nesse exercício. Mesmo excluindo os elementos mais flutuantes, a taxa de cobertura da margem continua num nível elevado, atingindo cerca de 200%.

Quadro 42 - Margem de Solvência

	em milhões de escudos			
	2006	2007	2008	2009
1. Elementos Constitutivos da Margem	956,8	1.109,9	1.185,2	1.413,1
2. Montante da Margem a Constituir	436,4	665,4	592,3	524,2
1./2. Rácio de Solvência	219,3%	166,8%	200,1%	269,6%

Fonte: BCV